

ATA Nº19

----- **Ata da sessão ordinária, da assembleia municipal de Vagos, realizada no dia 17 de fevereiro de 2017.** -----

-----Ao décimo sétimo dia do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos paços do concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Miguel Rocha da Cruz, secretariado pela senhora Maria Helena Marques dos Santos e pelo senhor Victor Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação das atas das sessões de 09/12/2016;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 03 DE DEZEMBRO DE 2016 A 03 DE FEVEREIRO DE 2017 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA – PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD;** -----

-----**PONTO TRÊS: TRANSMISSÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM VÍDEO E EM DIRETO NUMA PLATAFORMA ONLINE – PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PS;** -----

-----**PONTO QUATRO: CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO;** -----

-----**PONTO CINCO: PROTOCOLO ENTRE O MUNICIPIO DE VAGOS E A EDP – ALTERAÇÃO AO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO.** -----

-----**PONTO SEIS: REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (DL Nº165/2014 DE 5 NOVEMBRO) – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – HELITENE - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, LDA;** -----

-----**PONTO SETE: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS;** -----

-----**PONTO OITO: ISENÇÃO E REDUÇÃO DE TAXAS 2017;** -----

-----**PONTO NOVE: CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO;** -----

-----**Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Manuel Marcelino Manangão, José Augusto Ferreira Martins, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Marco Aurélio Lourenço Martins, Liliana Barreira, Tony Almeida, em substituição de Maria da Graça Gadelho, eleitos na lista do PSD. -----

----- Mário Castelhana, César Grave, Ana Paula Mourão, Diana Marques Santos Cartaxo, Óscar Ferreira Pascoal, António Bastião e Jorge Pereira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar, Pedro Manuel Mantas e Susana Almeida, que tomou posse, em substituição de Carla Gouveia, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Luís Fernando Dias Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Jesus Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Maria Fernanda de Jesus Almeida Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Fernando José Silva Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão as senhoras Deputadas Carla Filipa Ferreira Gouveia e Maria da Graça Gadelho. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, e os Vereadores senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhor João Domingues, senhora Dulcínia Sereno, senhora Maria do Céu Marques, senhora Ana Maria Vasconcelos e o senhor João Paulo Sousa Gonçalves. -----

----- **A – Apreciação e votação da ata da sessão de 09 de dezembro de 2016.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia 09 de dezembro de dois mil e dezasseis, tendo a mesma sido aprovadas, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

----- Quando eram cerca das dezoito horas e quarenta minutos deu entrada na sessão o senhor Deputado Fernando Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soza. -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre doze de dezembro de dois mil e dezasseis e dezassete de fevereiro de dois mil e dezassete. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. Entretanto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o senhor deputado Óscar Gaspar lhe fez chegar uma missiva, que é oportuna, a dizer que devem ser afixados na parede desta sala dois retalhos da história do Município que aqui não estão, ou seja, a fotografia de dois ex-Presidentes de Câmara Municipal. Da parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal, um dos ex-Presidentes de Câmara, não há qualquer inconveniente e está a Câmara Municipal autorizada a usar da sua imagem. No que toca ao outro ex-Presidente da Câmara, Dr. Carlos Bento, tentou-se por várias vezes, sem sucesso, que este disponibilizasse uma fotografia para esse efeito. O senhor Presidente da Assembleia

Municipal deixa nas mãos da Câmara Municipal, e nas mãos de quem o senhor Presidente da Câmara entender, pois terá de ser uma pessoa que mantenha uma boa relação com o Dr. Carlos Bento, ou nas mãos do CDS, na pessoa da Dr^a Maria do Céu Marques, ou seja, alguém que seja capaz de o sensibilizar para isto mesmo. Durante doze anos de mandato como Presidente de Câmara, o atual Presidente da Assembleia Municipal, não conseguiu maneira de o sensibilizar e convencer a tomar essa atitude mas, obviamente, a partir de determinada altura desistiu. Na altura foi consultado o acervo da Câmara Municipal e não foi encontrada uma fotografia editável para o efeito mas seria de bom-tom que o Dr. Carlos Bento autorizasse que a sua fotografia fosse afixada na parede desta sala da Assembleia Municipal. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das dezoito horas e quarenta e cinco minutos, chegou à sessão o senhor Deputado Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo. -----

----- **C- Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelas senhoras Deputadas Carla Gouveia e Maria da Graça Gadelho à sessão de hoje. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que a senhora Deputada Lúcia Carla de Jesus Faria Oliveira pediu a suspensão do mandato por se encontrar ausente do país. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das dezoito horas e cinquenta minutos, chegou à sessão a senhora Deputada Maria Fernanda Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem de trabalhos. ----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- A senhora Deputada Diana Cartaxo usou da palavra e questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o início das obras na estrada que liga o lugar de Sanchequias ao lugar de Rines. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra para dar conhecimento dos desenvolvimentos de um assunto que tem vindo a falar nas últimas sessões da Assembleia Municipal e que se prende com a substituição do PT na rua da Igreja na Freguesia de Santo André que foi concluída em janeiro, e que estava sem trabalhar desde maio de dois mil e dezasseis. O PT foi substituído, os postes foram recuados pela EDP, um trabalho atrasado mas de louvar bem feito e, portanto, agora estão reunidas todas as condições para se avançar com o passeio na rua da igreja. Entretanto, quis deixar uma nota sobre o temporal que se fez sentir e da destruição de uma habitação na Freguesia de Santo António de Vagos, que foi a zona mais afetada, e contra a comunicação social “*mais sensacionalista*”, quando lá chegaram os telhados já estavam todos reparados pelos populares e, portanto, é de louvar a atitude das pessoas daquela rua. O senhor Deputado quis saber, porque numa primeira fase, a mais importante, era efetivamente perceber se as pessoas tinham sido afetadas por aquela ventania e por aqueles destroços, se numa segunda fase as pessoas envolvidas seriam ajudadas pela Autarquia e se deu entrada na Câmara Municipal algum pedido de apoio para a reconstrução daquelas casas e, se houve, se está a ser concedido. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Fernando Vieira e questionou sobre o ponto de situação do levantamento que estava a ser feito do Vale e das Azenhas do Boco, porque há pessoas a perguntar. Entretanto, referiu que ouviu dizer que a POLIS da Ria está para arrancar com as obras de desassoreamento do Canal mas que as mesmas serão feitas só até à zona da Vista Alegre. O senhor Deputado quer saber se é verdade, porque seria importante que a Câmara Municipal tudo fizesse para levar avante o projeto que existia onde referia que a obra acabava na Ponte do Ribeiro no rio Boco. Todo este percurso se ficasse navegável e se os barcos conseguissem chegar àquela zona um dia poder-se-á transformar as Azenhas em sítios para as pessoas ficarem a pernoitar e permitir outras construções, como um hotel por exemplo. -----

----- Seguidamente pediu e usou da palavra o senhor Deputado António Bastião e abordou uma questão que se prende com os contentores do lixo, ou seja, estes dias tem estado muito vento e eles viram-se com facilidade, particularmente nos descampados. Este cenário torna-se visivelmente muito desagradável e, neste sentido, perguntou se por ventura não haverá uma forma ou um mecanismo para segurar os contentores. Outra questão prende-se com a estrada que liga a Freguesia de Ouca ao lugar de São Romão, Freguesia de Santo André de Vagos, que se apresenta degradada e em algumas zonas bastante perigosa para os automobilistas. O senhor Deputado pergunta se está prevista alguma intervenção, para breve, naquela via de modo a torna-la mais transitável. -----

----- O senhor Deputado Óscar Pascoal usou da palavra para deixar um alerta sobre o posto de tratamento de águas que existe em Santa Catarina e saber se aquelas águas são monitorizadas, porque a água que está a correr parece não estar nas melhores condições, sai bastante espuma e como se trata de uma linha de água esta devia correr de uma outra forma e com mais limpidez. O senhor Deputado sugeriu que a Autarquia enviasse alguém ao local, entendido na área, para verificar a situação e avaliar se está a ser feito o tratamento correto da água. Entretanto, sugeriu que fizessem o mesmo no posto de tratamento localizado em Ponte de Vagos. -----

----- O senhor Deputado Mário Castelhana usou da palavra para colocar duas questões ao senhor Presidente da Câmara. A primeira relacionada com os terrenos que a Autarquia comprou junto aos Armazéns Municipais e outros na Av. João Grave. O senhor deputado quer saber porque é que o senhor Presidente tomou a iniciativa pessoal de os comprar, para quê e por quanto. A segunda questão prende-se com os Armazéns Municipais, ou seja, saber se os novos Armazéns Municipais vão mesmo ser feitos. -----

----- De seguida Usou da palavra o senhor Deputado Juan Carlos Martins e começou por perguntar sobre o ponto de situação das obras de saneamento em Soza e sobre o início da obra na estrada Rines/Sanchequias. O senhor Deputado leu na comunicação social que existe um programa do Governo de acesso às condições das zonas industriais e, portanto, quis saber se em, relação à Zona Industrial de Vagos há possibilidade e se por ventura se enquadra neste projeto, sabendo-se de ante mão que se está a fazer um projeto para requalificação desta área. Neste seguimento a ligação de Santo André à Zona Industrial de Vagos. Outra questão prende-se com o ponto de situação da estrada dos Cardais. Outro assunto que preocupa as pessoas tem a ver com o Centro de Saúde de Vagos. Em novembro ouve uma reunião do ACEs e foi chamada à atenção a falta de médicos que existe. Em janeiro parece que continua a haver falta de médicos. A questão do Centro de Saúde de Ponte de Vagos, e daquela obra, e a

Unidade de Saúde Familiar da Zona Sul e embora o senhor Deputado saiba que não é da competência da Câmara Municipal quis saber se senhor Presidente da Câmara tem conhecimento do que se está a passar, até porque era para ter havido uma reunião em janeiro e depois foi anulada, e de que forma é que pode intervir para ajudar a resolver o problema daquelas pessoas, como os utentes de Soza, por exemplo, que se vêm privados de médico. Questionou, ainda, sobre o ponto de situação dos Armazéns Municipais, já foi feita a limpeza dos terrenos, que dá uma panorâmica completamente diferente daquela área. Na questão do “fenómeno” em Santo António de Vagos ao ouvir a comunicação social e um popular, que apontou falhas à Proteção Civil, o senhor Deputado quis alguns esclarecimentos, até porque o senhor Presidente da Câmara é o responsável da Proteção Civil no concelho de Vagos. Por último, a questão das lixeiras improvisadas, já aqui referida por diversas vezes, ou seja, o que é que se pretende fazer para travar a situação, porque aquilo que se está a passar é preocupante. A Câmara Municipal limpa e no dia seguinte os mesmos locais voltam a ter lixo outra vez. A responsabilidade desta situação é de todos e não só da Câmara Municipal e, portanto, o que é que dever ser feito para resolver este problema espalhado por todo o Concelho de Vagos. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por referir que esta sessão da Assembleia Municipal irá ficar marcada pelo signo da falta de transparência. O senhor Deputado ainda considerou que o senhor Presidente falasse na questão na informação que enviou, e que vai ser discutida em seguida, mas como não o fez terá de se referir a ela neste ponto da ordem de trabalhos. O senhor Deputado está a referir-se ao Índice de Transparência Municipal, mas depois tem várias declinações que se vão vendo ao longo da reunião. Este Índice de Transparência Municipal deveria incomodar a todos e ter suscitado em primeira linha à Câmara Municipal uma reação, e mais do que uma reação em relação ao passado, uma postura, um compromisso de alterar aquilo que fosse de alterar. Vagos aparece, lamentavelmente, no lugar 176 do *ranking* da transparência nacional e o mais “tristemente” curioso é que no ponto da contratação pública aparece com um zero, e zero numa Câmara Municipal que deve dar explicações e prestar contas à Assembleia Municipal, que deve prestar conta aos cidadãos, que não gere coisa sua, porque está em funções em prol de uma comunidade, não se consegue perceber como é que não há o mínimo de preocupação por transparência. A transparência também não é apenas um galardão para se ter, é um compromisso de atuação e que com franqueza, por tudo aquilo que se tem vindo a assistir nos últimos anos, como até na não reação da última semana, faz crer que a Câmara Municipal não está preocupada com o assunto, mas deveria estar. Entretanto, colocou uma questão relativa às obras para os Armazéns Municipais, junto à rotunda de Santo André, no sentido de saber o que é que está previsto, o que é que vai ser feito naquele local, porque aparece uma área demasiado grande para aquilo que inicialmente tinha sido anunciado e se há alguma outra utilização prevista para aquele espaço. Na última Assembleia Municipal discutiu-se aqui a demolição do antigo Centro de Saúde de Vagos, que aconteceu, mas o senhor Deputado gostaria de saber se essa parte do projeto está ou não concluída. Neste momento, o que se vê são uns taipais em redor daquela área e por isso perguntou se está o projeto concluído ou se falta ali mais alguma coisa. O senhor Deputado questionou, ainda, se aconteceu alguma coisa do outro lado da estrada, porque houve várias pessoas a perguntar o que é que terá havido, não se sabe se por coincidência se relacionado com a

obra, do lado direito, quem vem de Soza para Vagos, porque terá existido uma movimentação de terrenos e de máquinas no terreno do lado esquerdo. -----

----- Entretanto quando eram cerca das dezanove horas, chegou à sessão o senhor Deputado Tony Almeida e por volta das dezanove horas e dez minutos chegou a senhora Deputada Ana Paula Branco. –

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Relativamente à questão levantada pela senhora Deputada Diana Cartaxo, e por outros Deputados aqui presentes, no que respeita à data para a execução da estrada Rines/Sanchequias o projeto de execução estará concluído, para ser lançado na plataforma da contratação pública, na próxima semana. Entretanto, terá de ir a visto do Tribunal de Contas e, obviamente, que o tempo para início da empreitada depende sempre desta entidade e que é algo que a Câmara Municipal não controla. De qualquer das formas ainda no mês de fevereiro estarão reunidas condições para lançar o procedimento da contratação pública. Em relação à questão do PT em Santo André tal como o senhor Vice-Presidente havia dito, na última sessão da Assembleia Municipal, a situação estava em vias de ser resolvida e a partir daqui vai aguardar-se o reinício das obras do Centro Social da Freguesia de Santo André para depois se requalificar melhor aquele espaço. Como se sabe já teve de haver uma intervenção da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, que de forma conjunta articularam com o senhor Padre Fernando Ferros, o recuo do muro para abrir o início daquela via. O trabalho é para ser completado e irá ser feito em tempo oportuno. Na questão do *“fenómeno meteorológico”* em Santo António o que aconteceu foi que arrancou um telhado e arremessou-o para o outro lado da rua batendo em outras viaturas que estavam ali paradas e numa outra casa. O reporte que o senhor Presidente tem da Proteção Civil, e lembrou que a Câmara Municipal tem um protocolo com os Bombeiros Voluntários de Vagos precisamente para estas primeiras intervenções, foi que a situação estava sob controlo e que foi feita a primeira intervenção necessária. Entretanto, aguardou-se que chegasse a equipa da EDP para fazer a remoção dos postes para depois se fazer a limpeza daquele espaço. O curioso é que quando o cidadão estava a referir a situação da falta de intervenção da Proteção Civil estavam as máquinas da Câmara Municipal a limpar. Desde o início houve uma intervenção, quer da Câmara Municipal quer da Junta de Freguesia, imediata e eficaz. A população juntou-se a este esforço e resolveram o problema. No que respeita a situações futuras na Câmara Municipal oficialmente não entrou qualquer pedido de ajuda. As pessoas estiveram lá no dia de ontem, tendo sido recebidas pelo adjunto do senhor Presidente da Câmara, e já tinham ido à junta de Freguesia, mas que tenha dado entrada de algum documento oficial o senhor Presidente não tem conhecimento. Nestas situações é tida em conta a situação social e se houver questões sociais pendentes a Câmara Municipal ajudará assim como tem ajudado tantos outros e tirando isto existem os seguros que é para isso que eles servem. A Câmara Municipal não pode atender a todas essas situações, porque se assim fosse as pessoas não precisavam dos seguros para nada e cada vez que houvesse um problema recorriam à Autarquia. Neste caso não se sabe se é esta a situação mas se der entrada de um processo oficial a Câmara analisará e dará uma resposta enquadrada na Ação Social se for esse o caso. Quanto à questão do desassoreamento do Canal do Rio Boco, como se pode consultar no *site* da POLIS da Ria, o objetivo é assegurar a navegabilidade até ao sítio onde o senhor Presidente da Junta de Freguesia de

Soza indicou, a Ponte do Ribeiro, tal como no Areão, com o desassoreamento do Canal de Mira, cujo objetivo é assegurar a navegabilidade até à Ponte do Areão. Estas questões estão descritas ao pormenor no estudo de Impacto Ambiental e está disponível no *site* da POLIS da Ria. Relativamente à questão levantada pelo senhor Deputado António Bastião já está a ser feito o levantamento dos contentores do lixo que se encontram em sítios mais pertinentes e para a semana, de acordo com os serviços técnicos, começar-se-á a execução do serviço. A questão da estrada Ouca/São Romão os serviços municipais já tomaram a devida nota do estado da via e, portanto, será intervencionada logo que haja oportunidade, atendendo a que há várias situações do género assinalas. Em relação à questão referida pelo senhor Deputado Óscar Pascoal o senhor Presidente esclareceu que terá de se pedir à ADRA que vá verificar o que está a acontecer, sendo certo que as estações elevatórias têm um determinado caudal e se chover muito e houver infiltrações haverá sempre a libertação. Normalmente a matéria que é libertada é aquela que causa menos perigo, porque é a que está mais cá em cima. A situação tem de ser verificada porque pode haver uma avaria nas bombas, embora seja difícil de isso acontecer porque essas situações são monitorizadas pela ADRA e eles têm formas de monitorizar o funcionamento das bombas. Quer as estações de tratamentos de águas residuais quer as estações elevatórias são responsabilidade da ADRA e, portanto, as situações referidas, quer de Santa Catarina quer de Ponte de Vagos, ser-lhe-ão transmitas para que possam averiguar a situação. Relativamente aos terrenos adquiridos pela Câmara Municipal, junto aos atuais Armazéns Municipais, o senhor Presidente já referiu aqui, por várias vezes, que tanto uma como outra decorrem de uma delegação de competências que o Presidente da Câmara Municipal tem . Foi feita uma avaliação pelos serviços e a aquisição foi feita nos termos e nas competências delegadas pela Câmara Municipal no Presidente da Câmara Municipal. Quanto aos Armazéns Municipais uma parte significativa daquela área já era da Câmara Municipal e houve necessidade de fazer a limpeza a todo o espaço. O projeto de execução que está a ser desenvolvido situa-se para nascente do caminho que existe, sensivelmente, a meio daquele conjunto de terrenos. Há um caminho a meio e o projeto de execução que está a ser desenvolvido é mais junto à A17. O terreno para poente, mais junto à EN 109, ficará liberto mas decidiu-se limpar também. O projeto de execução nascerá só para os Armazéns Municipais, e parte administrativa destes, e o outro terreno para já ficará liberto e sem outra utilização imediata. Relativamente às obras de saneamento em Soza, o facto dos senhores Deputados Municipais da Freguesia de Soza, e nomeadamente e concretamente do lugar de Lavandeira e do senhor Presidente da Junta, não colocarem aqui questões, estão a correr muito bem sem qualquer problema, dentro daquilo que é espetável. A questão do financiamento do Portugal 2020 para acesso à Zona Industrial e para Requalificação obviamente que o executivo Municipal esteve atento à saída do aviso. Não é uma verba muito significativa a que fica para a Região Centro mas a Câmara Municipal tentará que pelo menos uma destas duas componentes possa vir a ser financiada. A linha tinha cento e setenta milhões de euros e parte desse valor já fica consignado a um determinado tipo de obras que o Governo já anunciou e que são para algumas Autarquias. A Câmara Municipal de Vagos não teve a sorte de ser contemplada mas irá tentar pela via dos outros cinquenta milhões que ficam disponíveis para a região centro para poder eventualmente, fazer a candidatura que será mais uma candidatura, porque estão outras a decorrer,

neste momento, para obter financiamento para a Requalificação do Plano de Pormenor da Parcela B do Parque Empresarial de Soza. A estrada dos Cardais só não está ainda concluída porque a chuva impediu que fossem feitas as pinturas mas uma parte já foi feita ficando só a faltar uma faixa de aproximação a todas as passadeiras ligeiramente elevadas que tem aquela estrada, uma vez que esta foi a solução mais eficaz encontrada para controlar o excesso de velocidade naquela via, embora o senhor Presidente não seja muito defensor das passadeiras elevadas. Quanto à questão da falta de médicos é uma realidade e deveu-se a situações que ultrapassam a Câmara Municipal. Os médicos também adoecem e isso foi basicamente aquilo que aconteceu aqui em Vagos durante um determinado período. Neste momento as coisas parecem estar estabilizadas, isto no que diz respeito à Unidade de Saúde Familiar (USF) de Vagos. No que diz respeito ao Posto Médico de Soza existe de facto uma questão pendente e que o senhor Presidente tem alertado por diversas vezes, nas reuniões do ACeS, para essa situação. Continuará a fazer sentido que a USF de Vagos integre o antigo Posto Médico de Soza e as pessoas que estavam lá inscritas e faz sentido que o mais rapidamente possível se termine a obra em Ponte de Vagos e se faça a USF da zona Sul conforme é o objetivo do ACeS e da ARS. Esse será o passo fundamental que se terá de dar para reorganizar toda a rede de cuidados primários do Concelho de Vagos e essa será uma grande luta, não só da Câmara Municipal mas de toda a Área do Baixo Vouga que tem como principal farol de referência o Centro Hospitalar do Baixo Vouga. O senhor Presidente teve oportunidade por diversas vezes de focar esse assunto e as suas preocupações relativamente, por exemplo, à forma como as urgências estão cheias nesta altura do ano e à forma como muitas das vezes todos podiam resolver esse problema se houvesse um melhor regime de cuidados de saúde primários. O senhor Presidente espera que nesta nova versão de transferência de competências para as Câmaras Municipais esta seja uma das áreas em que as autarquias possam no futuro ter uma palavra a dizer. Em relação à questão das lixeiras a senhora Vereadora Dulcília Martins e a Eng^a Isabel Rosado têm reunido com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia para levar a cabo a resolução de alguns problemas que surgem nomeadamente no depósito de resíduos verdes. É um dos objetivos da Câmara Municipal arranjar uma alternativa que já anda a ser estudada com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. No que respeita à questão da transparência o senhor Presidente esclareceu que a Câmara Municipal não concordou e reagiu. A Câmara Municipal apresentou um contraditório relativamente ao Índice de Transparência Municipal, depois de terem saído os resultados apresentou uma reclamação formal à entidade que faz a avaliação. O que eles avaliam é a disponibilização de informação, este estudo não é dotado de qualquer rigor científico, e o senhor Presidente teve a oportunidade de confirmar com pessoas da Universidade de Aveiro onde o Observatório está integrado. Esta é uma análise que é feita e no ano passado a Câmara Municipal subiu trinta e tal posições e nenhum Deputado falou nisso. Este ano desceu algumas, cerca de quarenta, posições, apesar de ter subido na classificação, ou seja, a Câmara Municipal passou de uma avaliação de quarenta e três para quarenta e cinco. No ano passado o senhor Presidente deu o valor que considerou que estas matérias devem ter, há um conjunto de informação legal que o Município está obrigado a prestar, e que presta de acordo com a lei. Há um conjunto de informação que o Município tem no *site* e que o observatório na sua avaliação não contemplou e a justificação que deram é que naquele momento podia não estar

disponível. Aquilo que interessa em relação à transparência é que não houve, ao longo de três anos e meio que este executivo está em funções, não houve nunca o furtar de estar em contacto com as pessoas e de muitas das vezes ter de justificar em eventos e em atividades esta aproximação entre os eleitores e os eleitos. Nunca houve, nem há, qualquer registo, e podem procurar na comunicação social, e a Câmara Municipal ter sonegado alguma informação ou não ter correspondido ao pedido de algum Vereador ou Deputado Municipal. Toda a informação que é solicitada foi cedida imediatamente, apesar de alguma dela até ser de fácil acesso e, portanto, isto é o que interessa em termos de transparência, em termos de rigor e em termos de servir bem o cidadão. Ainda recentemente sem ter qualquer receio disso a Câmara Municipal lançou um inquérito que é feito a todas as pessoas que são atendidas nos serviços municipais e o *feedback* tem sido muito positivo no que respeita aos serviços e ao atendimento prestados pelos funcionários. Esse é o grande objetivo deste Executivo Municipal, isto é, prestar cada vez melhores serviços às populações que o elegeram. Quanto à demolição do antigo Centro de Saúde de Vagos a obra ainda não está completa, o projeto foi levado a reunião de Câmara, a pedido da senhora Vereadora Ana Maria Vasconcelos, e está disponível para qualquer um dos senhores Deputados consultar quando quiserem. O projeto ainda não está completo, faz falta depois ajardinar todo aquele espaço. Em relação à limpeza do outro terreno o senhor Presidente nem se apercebeu dessa situação e nem sequer sabe a que é que o senhor Deputado Óscar Gaspar se está a referir. Provavelmente houve uma operação de limpeza do outro lado mas não teve nada a ver uma coisa com a outra. A empreitada da Câmara Municipal é nos terrenos do antigo Centro de Saúde, que até está vedada, e nada mais. Do outro lado o proprietário do terreno procedeu à limpeza do espaço e muito bem, provavelmente até notificado pelos serviços da Câmara Municipal para o fazer. Entretanto, o senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização ao senhor Presidente da Mesa para ser o senhor Vice-Presidente a responder à questão do Plano de Pormenor das Azenhas do Boco, questão colocada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Soza. -----

----- O senhor Vice-Presidente esclareceu que o Plano de Pormenor das Azenhas do Boco tem um nome específico PIER – Plano de Intervenção de um Espaço Rural, que é uma modalidade específica de um Plano de Pormenor. A Câmara Municipal já tem em sua posse uma pré-proposta do PIER. Entretanto, sofreu um atraso devido a uma situação, isto é, estava uma área marcada em leito de cheia numa zona que nunca o foi. Esta questão foi levantada à ARH e CCDRC e foi solicitado, por estas mesmas entidades, fazer-se um estudo hidrográfico para depois se proceder à alteração já na proposta do plano. Por esta razão o projeto sofreu um pequeno atraso mas está-se já a trabalhar no estudo hidrográfico, que já foi adjudicado, e assim que o estudo esteja completo poder-se-á avançar. Os objetivos do PIER, em traços gerais, tem a ver com a requalificação do espaço, reabilitação dos moinhos para realojamento rural e turístico, beneficiação das levadas, recursos naturais e pistas cicláveis. Aquando desta discussão do PIER a Câmara Municipal reuniu com os proprietários, porque os moinhos são propriedade privada, e com o senhor Presidente da Junta de Freguesia tendo todo este processo decorrido em consonância com as partes envolvidas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para informar os senhores Deputados, uma vez que só agora teve acesso a esta informação, de que relativamente ao temporal em

Santo António esteve hoje na Câmara Municipal a proprietária da moradia que foi visada e foi recebida pelo Adjunto do senhor Presidente da Câmara Municipal, José António Pereira de Moura, e pelo Técnico da Câmara Municipal, Laerte Pinto, e foram-lhe prestados todos os esclarecimentos necessários para que possa, eventualmente, fazer alguma coisa. Ainda em relação à questão do Índice de Transparência Municipal não aparece informação sobre esse assunto porque a informação escrita, ponto um da ordem de trabalhos, vai de três de dezembro de dois mil e dezasseis a três de fevereiro de dois mil e dezassete e os resultados só foram conhecidos posteriormente. -----

----- Entretanto, o senhor Deputado Mário Castelhana voltou a usar da palavra para dizer que o senhor Presidente da Câmara Municipal não respondeu a uma das perguntas que colocou. -----

----- O senhor Presidente da Mesa pediu ao senhor Deputado que repetisse a pergunta. -----

----- O senhor Deputado Mário Castelhana esclareceu que não basta invocar a delegação de competências para justificar porque é que comprou, o porquê, o ato, para quê, para que fim, e por quanto. Esta foi a pergunta que fez sobre os terrenos: para que é que comprou, porque é que comprou e por quanto comprou. O senhor Deputado respeita muito o argumento do senhor Presidente da Câmara Municipal mas não responde à pergunta que fez. -----

----- O senhor Presidente da Câmara retomou a palavra e referiu que percebeu muito bem a pergunta feita pelo senhor Deputado e já respondeu a essa questão de forma pormenorizada. No fim de lhe ter respondido, em que todos os senhores Deputados entenderem a explicação que deu, o senhor Mário Castelhana continuou sem perceber e, portanto, o senhor Presidente considera uma perda de tempo mas vai responder mais uma vez, pela última vez. Ainda na última sessão da Assembleia Municipal o senhor Deputado Mário Castelhana colocou essas questões, porque nomeadamente depois de ter acusado o Presidente da Câmara de uma “*negociata*” veio colocar uma questão, que estava na informação do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal, levantada pela senhora Maria Natália relativamente à aquisição dos terrenos, nomeadamente os terrenos do Lidl. O senhor Presidente entende que há alguma má-fé nas perguntas do senhor Deputado Mário Castelhana e considera que já prestou os esclarecimentos todos que eram necessários sobre esta matéria. O senhor Presidente não pode deixar de achar curioso que o senhor Deputado Mário Castelhana na última sessão da Assembleia Municipal quis saber porque é que a Câmara Municipal tinha um processo e foi-lhe explicado. A Câmara Municipal tem um processo porque a senhora Maria Natália acha-se enganada pela Autarquia por entender que esta já sabia que ia vender os terrenos ao Lidl quando lhe comprou o terreno., quando na verdade aqueles terrenos não são necessários ao Lidl na sua nova construção. Os terrenos da senhora Maria Natália quando foram adquiridos eram para expandir os Armazéns Municipais. Quanto aos outros terrenos era um compromisso que já vinha do executivo anterior e que foi feito nos mesmos termos da lei e daquilo que determinam as regras da transparência que tanto aqui se procura ver esclarecidas. -----

----- O senhor presidente da Mesa questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre os valores envolvidos nesta aquisição de terrenos. -----

----- O senhor presidente da Câmara Municipal informou de que embora não consiga, neste momento, precisar os valores exatos mas os terrenos da senhora Maria Natália foram adquiridos por quarenta e sete mil e quinhentos euros. -----

----- O senhor Presidente da Mesa reforçou a resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal referindo que os terrenos foram adquiridos para ampliar os Armazéns Municipais, quando era objetivo do Executivo Municipal ampliar os Armazéns Municipais, pelo preço de quarenta e sete mil e quinhentos euros. Neste caso está tudo esclarecido. -----

----- Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início ao período da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- **PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO DE 03 DE DEZEMBRO DE 2016 A 03 DE FEVEREIRO DE 2017 NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO N.º2, DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O documento com a informação relativa a este ponto foi enviado antecipadamente aos senhores Deputados. -----

----- Pediram para usar da palavra os senhores Deputados Fernando Vieira, Óscar Gaspar e Mário Castelhana. -----

----- O senhor Deputado Fernando Vieira abordou uma questão que segundo ele tem causado algum mau estar nas comissões de festas e algumas associações que é a isenção de taxas. A Câmara e as Juntas de Freguesia cobram taxas por ocupação de espaço público e de ruído e nos últimos dois anos as comissões de festas têm estado a pedir à Câmara Municipal a isenção dessas taxas. Ao senhor Fernando Vieira não lhe parece muito bem porque está a ser feito com dois pesos e com duas medidas, porque parece-lhe que a intenção será a de não cobrar taxas a entidades públicas e à Igreja. A questão aqui é que algumas comissões de festas estão a utilizar os números de contribuinte das Fábricas da Igreja respetivas e essas que pedem desse modo são isentas e as outras, ou porque desconhecem a questão ou porque não estão ligadas a esse tipo de organismos, estão a pagar as taxas. O senhor Deputado é de opinião que se devia tomar uma única decisão, ou seja, ou se isentavam todas ou todas pagavam. Depois põe-se outra questão é que por exemplo a Junta de Freguesia de Soza cobra sempre a taxa que lhe compete e a Câmara isenta a que lhe compete. Esta situação causa mau estar e não se está a ser igual para toda a gente. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar e referiu que, e ainda em relação ao ponto anterior e à questão do topo do *ranking*, o senhor Presidente tem conhecimentos suficientes de econometria para não confundir causa com efeito. Seria bom o senhor Presidente olhar para as Câmara Municipais que vão à frente e concluindo que são do Partido Socialista por algum motivo será e não ver o efeito ao contrário. Em relação à informação do senhor Presidente da Câmara Municipal começou por fazer um elogio ao evento “A NATÁLIA” que correu muito bem, acima das expectativas de todos. Este foi um daqueles poucos casos em que se viu Vagos por bons motivos na comunicação social. Claramente é uma aposta ganha e que deve ser reforçada no final deste ano pela Câmara Municipal, seja lá quem estiver à frente do Município. O senhor Deputado deixou os cumprimentos por aquilo que foi feito, porque quer para os vaguenses quer para as pessoas de fora que aqui estiveram foi um excelente cartão-de-visita. Por outro lado, o Governo anterior foi de facto muito castigador com os trabalhadores da Administração Pública,

cortou salários, cortou dias de férias, cortou feriados, aumentou o horário de trabalho e a ver aqui na informação que já vai no quarto semestre de dois mil e dezasseis também já é de mais. O senhor Presidente devia dar a indicação que não vale a pena trabalhar tanto (página dez da informação). Curiosamente o senhor Deputado foi recuperar a informação de dezembro e também já se falava no terceiro semestre de dois mil e dezasseis. Ainda na página dez, no terceiro parágrafo, a informação que consta é preocupante nomeadamente porque há um ponto a seguir na ordem de trabalhos que tem alguma relação com ele. Diz no terceiro parágrafo *“importa igualmente realçar que os valores do desvio referente ao crescimento dos custos com a iluminação pública. Tendo sido celebrado no ano de dois mil e dezasseis um novo contrato de fornecimento de energia com a EDP Comercial, foram faturados ainda nesse ano acertos relativos aos contratos anteriores com a EDP Universal. Na execução do novo contrato foram-se verificando diversos erros de faturação, quer por excessos de estimativas quer por condições de faturação não previstas, situações que foram sendo corrigidas através da retificação de faturação. Ainda assim, do montante que atualmente faturado haverá ainda valores a retificar após análises mais cuidadas.”* Nos mapas seguintes percebe-se que esta tal nota três que é aqui referida levou a que houvesse um desvio de cento e sessenta mil euros. A questão que coloca é como é que está a relação com a EDP. Há este desvio de cento e sessenta mil euros em relação ao previsto, que falta de controlo é este e qual é este mau estar, sistematicamente, com esta entidade? Perguntou. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Mário Castelhana e referiu que a transparência pratica-se não se invoca só por decreto. Entretanto, informou de que a intervenção que vai fazer não tem nada pejorativo nem de procura de *“caça às bruxas”*, porque isto que está aqui escrito até pode ser uma questão de português. Na página oito, quando aborda a questão do endividamento, diz o senhor Presidente na sua informação: *“faturação de fornecedores correntes registada na contabilidade é de tal, tal, tal... e a faturação a pagar é tal, tal, tal... tudo isso para a frente.”* O senhor Deputado não está para fazer a abordagem aos números e sim a esta linguagem que está aqui e que lhe levanta algumas dúvidas e, por isso, quer ser esclarecido. Quando o senhor Presidente refere a faturação de fornecedores na contabilidade registada quer dizer que existe outra faturação na contabilidade que não seja registada na contabilidade? Há ou não registo de entrada de toda a correspondência que chega à Câmara Municipal? Perguntou. -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra para responder à questão colocada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar. Assim sendo, informou de que essa informação que está no documento terá de ser retificada porque neste momento existem várias questões a serem tratadas com a EDP, e não é só o Município de Vagos. Relativamente a esta situação em específico este quadro terá de ser atualizado e a justificação terá que ser diferente, porque em relação ao que estava previsto, ou seja, isto é um enquadramento de dois mil e onze a dois mil e dezasseis. Para ter este desvio de cento e sessenta mil euros ter-se-ia em dois mil e dezasseis quatrocentos e sessenta e cinco mil euros. Neste período de tempo é preciso ver o que aconteceu, em cinco anos estava previsto um aumento total de 9,68%, dos quatrocentos e vinte e três para os quatrocentos e sessenta e cinco, ou seja, relativamente ao ano inicial houve 1,9% de aumento ao ano. O que aconteceu realmente com o aumento da energia, houve situações que não são da responsabilidade da Autarquia, e sim do Estado que aumentou as tarifas. Em

dois mil e onze houve um aumento de 4,8% no custo da energia que não se pode mexer, parte que não é da responsabilidade da Câmara Municipal. Em dois mil e doze 7,11% e houve nessa altura um aumento do IVA de 6% para 23%. Em dois mil e treze mais 2,82% de aumento. Em dois mil e catorze houve, para todos a nível nacional, e podem todos comparar com as faturas que receberam em casa, a extinção da tarifa de iluminação pública que estava no regulamento tarifário e das relações comerciais. Relativamente ao tarifário mais barato disponível que ficou logo a seguir deu-se um aumento de 34,92%. A iluminação pública era tratada de uma forma individual, havia um preço para a iluminação pública, e a partir desta data passou a ser tratada como uma baixa tensão normal, ou seja, exatamente igual às habitações, portanto, cada PT um contador. Em dois mil e quinze uma aumento de 4,92%, e está-se a falar de tarifas ERSE. Em dois mil e dezasseis mais um aumento de 3,4%, relativamente à tarifa simples. Depois, como é óbvio, a rede IP teve uma melhoria, há trabalhos de manutenção e novos circuitos desde dois mil e catorze, o Município não para, há novos arruamentos, casas que surgem e tem de haver iluminação pública por razões de segurança. A Câmara Municipal tentou reduzir a iluminação pública mas começaram a surgir demasiadas reclamações por parte dos munícipes e teve de voltar a fazer a ligação. Por exemplo, no segundo semestre de dois mil e dezasseis, foram instaladas, substituídas ou reparadas, oitocentas e setenta luminárias. Tudo isto foi para se perceber a evolução que estava prevista no quadro do PAEL e do desvio daquele montante que lá aparece. De acordo com as tarifas da ERSE em dois mil e dezassete vai ser pior e como são reguladas o Município não tem como mexer. Relativamente à faturação da EDP tem aparecido mas a Câmara Municipal só paga quando estiverem as coisas certas, porque há situações onde se vai buscar dinheiro e nisso a EDP é uma entidade idónea. Agora, como é óbvio, causam problemas e deu muito trabalho andar à procura. Em relação aos acertos de faturação já estavam previstos alguns problemas, porque o Município passou da EDP Universal para a EDP Comercial, um novo contrato realizado em dois mil e dezasseis, e há estimativas que estão a causar alguns problemas. Para começar a resolver esta questão a Câmara Municipal solicitou a faturação da iluminação pública, a tarifa bio horária ou ciclo diário, que é o mais vantajoso e é isso que está contratualizado. A EDP passa a fatura e cobra em ciclos semanais e isto tem de ser repostado e por isso a Câmara Municipal está a reclamar todas estas faturas. Outras questões prendem-se com situações em que os contadores não estavam adaptados e a EDP está a faturar por estimativa, trinta em horas de vazia, e trinta em horas de cheia, o que prejudica muito. Estas questões podem ser acertadas, dão é trabalho, e por isso mesmo estão a ser tratadas. Para se ter uma ideia em cento e sessenta e três faturas IP, num mês, cento e dezasseis estavam erradas e quarenta e sete estavam ainda inconclusivas. Entretanto, houve a situação do PT, numa rua na Freguesia de Santo André de Vagos, que caiu há seis meses e, já depois de ter deixado de existir, continuava-se a pagar a energia por causa das tais questões de estimativa e, como é óbvio, isso vai ser repostado mas tem de se estar com muita atenção a estes casos que surgem. O início da contagem dos valores da EDP Comercial partiu de valores errados da finalização dos contratos que existiam com a EDP Universal. No final do contrato com a EDP Universal faturaram, por exemplo, quatro mil setecentos e oitenta e cinco quillowatt/ hora num circuito. Como era a última fatura, e isto era por estimativa, voltaram a fazer o acerto e faturam nove mil trezentos e trinta e oito, fizeram o acerto final. Quando a EDP Comercial iniciou o

contrato em vez de ir buscar o valor dos nove mil trezentos e trinta e oito foi buscar novamente o valor inicial, e isto entrou na faturação. Todas estas faturas estão a ser reclamadas e vão dar acertos de valores elevados. O senhor Vice-Presidente considera que não seja má-fé por parte da EDP terá a ver com alguns fatores como a substituição dos contadores que existiam por contadores com telecontagem, as horas não estão certas, os horários dentro nos contadores não estão corretos e depois as horas de vazio e horas de cheio prejudicam o Município. Portanto, para a Câmara Municipal saber quanto consome, exatamente, terá de analisar a situação ao pormenor e resolver todas estas questões com a faturação. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Câmara usou da palavra e dando continuidade à explicação do senhor Vice-Presidente referiu que há pouco tempo a Câmara Municipal recebeu uma fatura de seis milhões de euros de iluminação na rua de Espojeiro, em Carregosa, correspondente a sete dias de faturação. Como é óbvio, foi um engano imediatamente corrigido. Essa foi uma fatura que deu entrada mas que foi devolvida à procedência. Quanto à questão do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Soza o senhor Presidente da Câmara considera que utilizou em expressão “infeliz” para descrever a situação que referiu. A Câmara Municipal não usa dois pesos e duas medidas e limita-se a aplicar o regulamento que foi aprovado aqui em Assembleia Municipal. O regulamento é claro e a Câmara Municipal pode isentar associações que tenham carácter social e não pode isentar cidadãos de forma individual. Não há nenhuma festa religiosa que também não esteja associada a uma Fábrica da Igreja é só esse pedido ser feito em nome desta entidade e a isenção ser-lhe-á concedida. A Câmara Municipal limita-se a aplicar o regulamento o que poderá fazer é acertar com as Juntas de Freguesia a melhor forma de articular as isenções de cada uma destas entidades. O que a Autarquia também pode fazer será divulgar melhor junto das Fábricas da Igreja esta possibilidade, e dar-lhe conhecimento do regulamento, e eles articularem com as comissões de festas de modo a ser-lhes concedidas as isenções. Se for uma comissão de festas que tenha contribuinte e tenha como objeto social o serviço público ela também pode ser isenta. O que não se pode isentar é o cidadão individual. Sobre a referência positiva feita ao evento NATÁLIA de facto correu muito bem, estando todos de parabéns pelo evento magnífico que decorreu e espera-se que se mantenha, independentemente do resultado eleitoral de setembro ou outubro próximo. Entretanto, o senhor Presidente informou de que é a última vez que a Câmara Municipal é obrigada a trazer à Assembleia Municipal o Plano de Ajustamento Financeiro, porque o governo suspendeu, desde o dia um de janeiro de dois mil e dezassete, este plano que o Município teve de assinar relacionado com o empréstimo que se obteve no PAEL. Todos os Municípios que foram bastante cumpridores, como é o caso de Vagos, e que já não têm pagamentos em atraso têm o seu PAEL suspenso. Sobre a questão da transparência e de que ela não se decreta. De facto, é verdade e é tão verdade que a entidade que anda a propagar “aos sete ventos” a transparência municipal o último relatório de contas que tem aprovado é de dois mil e catorze. Em relação às questões colocadas pelo senhor Deputado Mário Castelhana o senhor Presidente referiu que se a tentativa é ofendê-lo não conseguiu, porque não o ofende quem quer e sim quem ele permitir que o ofendam e o senhor Mário Castelhana não o ofende. As questões que colocou têm obviamente “*uma pontinha de escárnio*” e revelam algum desconhecimento sobre o funcionamento das Autarquias hoje em dia. Como

se sabe existe uma coisa que se chama Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e a faturação é uma das pequenas componentes dessa lei e quando a Autarquia assume um compromisso automaticamente esse valor, do compromisso assumido abate aos fundos disponíveis. Entretanto, existe ainda uma outra coisa que é o facto de o Município não poder ter pagamentos em atraso e ter de ser cumpridor para ter, por exemplo, esta benesse do Governo tem de se registar tudo *“certinho e direitinho.”* Este parágrafo quer explicar uma relação com a denominação contabilística que será aprovada aqui aquando da prestação de contas e anteriormente em sede de orçamento. A leitura que faz é que os fornecedores conta corrente têm um valor de um milhão cento e dezoito mil euros registados e os empreiteiros têm trezentos e nove mil. No total a Autarquia deve um milhão quatrocentos e vinte e sete mil euros na totalidade a fornecedores e é isso que está aqui em causa. Hoje, ao contrário de outros tempos e de outras instituições, toda a correspondência da Câmara Municipal, para além de ser registada, como já era no passado, ainda tem outra particularidade isto é, desde há três anos a esta parte, circula por via digital. Portanto, não há perda de correspondência nem desaparecimento de correspondência. Em Vagos a transparência não se decreta, aplica-se todos os dias. -----

----- O senhor Deputado Mário Castelhana pediu para voltar a usar da palavra e referiu que o senhor presidente *“não deve extrapolar nem tirar ilações de coisas que não foram ditas nem de intenções. Aqui não há reservas de intenções. Eu logo à cabeça disse que provavelmente até podia ser do português e o senhor Presidente tem de ter cuidado é com a informação que presta., porque não nos dá indicadores de gestão da atividade, etc., etc., depois escreve isto que está registado e gera equívocos. Nós sabemos que é a assunção desses compromissos todos. Então, isto é uma questão de português e o que nós pretendemos com esta chamada de atenção é que isto funcione bem., porque isto diz respeito a todos. Entenda isto de uma vez por todas, também. O que nós pretendemos com esta chamada de atenção é que isto funcione bem e a si compete-lhe dar a informação. Agora, gerar equívocos eventualmente com um português não correto, porque o senhor vai ler e que necessidade é que tem de dizer aquela é a faturação registada na contabilidade. Tem necessidade de dizer isso? Então e onde é que está a outra faturação que não está registada. Existe ou não outra faturação não registada? Tem que dizer isso? É aqui que se gera o equívoco. Eu não gosto que o senhor Presidente faça aí derivações destas coisas, nós queremos é dar um contributo para que ele cumpra com a sua máxima que aqui pregou desde início, que é o tal rigor, verdade e a transparência que afinal das contas não sei qual delas é que a gente pode...e senhor Presidente eu fiquei esclarecido relativamente a isso e sei que aquilo está tudo muito bem, nos até ficamos satisfeitos com isso. Mas bastava-me ter disso isso, a pergunta foi muito simples, eu já assim qualquer dia tenho de fazer um bocadinho de catecismo introdutório que é para o senhor, então depois, poder divagar aí durante duas ou três horas.”* -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Deputado Mário Castelhana é especialista de semântica, com toda a certeza, mas não há outra forma diferente de dizer isto. A única que acresce dizer, a tudo o que já disse, é que quando uma entidade é auditada por uma empresa de revisão oficial de contas, como a Câmara Municipal é, é feita uma circularização e é perguntado aos fornecedores quais são as faturas que têm registadas na sua contabilidade para saber

se batem com as que estão registadas na contabilidade da Câmara Municipal. Tudo isto é feito todos os anos pelos revisores contratados pela Câmara Municipal. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa submeteu a apreciação e votação o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

-----PONTO DOIS: REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA – PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PSD; -----

----- Apresentou a proposta, que irá ficar anexada à presente ata, o porta-voz do grupo municipal do PSD, senhor Deputado Juan Carlos Martins, e referiu que a mesma vem no seguimento daquilo que este grupo do PSD pensa, assim como os Deputados do mandato anterior. Em dois mil e doze foi aprovado por unanimidade e em coerência com aquilo que havia sido proposto e que foi a sua posição na altura. Esta proposta está em consonância com aquilo que foi deliberado nas Assembleias de Freguesia e a vontade da população e, por isso, vem aqui para que esta Assembleia Municipal delibere e dê um parecer quanto à reorganização administrativa das Freguesias em questão. -----

----- O senhor Deputado Pedro Mantas pediu e usou da palavra e começou por dizer que não era Deputado no mandato anterior e, portanto, não se sente inibido na votação atual. O senhor Deputado não percebe esta proposta vinda, e não interessa se é do PSD ou vinda de onde vier. Há atualmente uma proposta em discussão, do Governo, para ser revisto todo este processo com “*cabeça, tronco e membros.*” O senhor Deputado prefere essa situação, isto é, que se tenha calma para se poder ajuizar quatro anos que passaram e verificar o que é que aconteceu em relação à agregação das Freguesias e ver se tudo isto foi ponderado, que aspetos positivos teve, que aspetos negativos teve e se é ou não importante para o concelho de Vagos regressar às Freguesias originais se não seria interessante que outras Freguesias se possam juntar. Há uma ponderação que não deve ser feita em cima do joelho e o grupo municipal do PS tem uma outra proposta que é, obviamente, deixar passar as eleições autárquicas. Depois das eleições passarem então sim deve ser feito um balanço ponderado, com frieza de cabeça sem as eleições à frente, para fazer uma avaliação correta do que é que esteve bem e do que é que esteve mal. Se antes as coisas foram feitas do modo que foram, de forma apressada, e porque teve de ser feita, agora não há necessidade de fazer à pressa. O grupo municipal do PS vai apresentar à Mesa uma declaração de voto onde refere que não está nada de acordo com este processo que o PSD, neste momento, propõe. -----

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado César Grave e referiu que “*este grupo é a favor da reposição administrativa por vontade das populações. No entanto, esta proposta, ainda inoportuna, é uma perda de tempo, não é assunto, e os efeitos práticos serão zero. Estamos a falar de algo ainda desconhecido. Quando tivermos mais informação por parte da Administração Central aí sim, estaremos aqui, e estamos dispostos para a discutir.*” -----

----- O senhor Deputado Mário Castelhana usou da palavra e referiu que corrobora com tudo aquilo que foi dito anteriormente e também tem a perceção que a reforma feita em dois mil e doze não deu bons resultados e não correspondeu às expectativas, nem dos eleitos nem dos eleitores. O senhor Deputado considera que este é um momento de reflexão e já se tem ouvido algumas dicas sobre o processo de transferência de descentralização que aí vem e vai ser uma nova lei-quadro para as Autarquias e que

abordará, de certeza absoluta, o problema da descentralização de competências como nunca foi feito até à data. Esta questão requer serenidade porque o que está em causa não é, efetivamente, uma Freguesia em específico nem se pretende participar nesse tipo de discussão e sim encontrar formas quer na sua reorganização quer na própria atribuição de competências que virão definidas por lei e com atribuições novas para as Freguesias. Pelo que dizem haverá alteração à orgânica das CCDR's e haverá a oportunidade dos Municípios participarem na gestão de proximidade em áreas tão sensíveis como a educação, a saúde, ação social, habitação, transportes, proteção civil, segurança pública, área portuária e marítima. Estas são áreas que muito dizem ao Município de Vagos e que se identifica muito com estas temáticas. Embora compreenda perfeitamente a posição do grupo municipal do PSD mas não interessa estar a politizar este assunto. O grupo municipal do CDS já manifestou aqui a determinada altura, quando a Assembleia de Freguesia de Vagos e Santo António deliberou sobre a reposição anterior, estar solidário com as Freguesias que estão nesta situação e isso nada tem a ver com cores políticas e sim porque entende que as populações têm outros problemas para resolver. Se houver necessidade de dar resposta às problemáticas de voltar a agregar sem dúvida nenhuma o CDS está disponível para discutir o assunto na altura mas de forma pacífica e serena. Consta, por aí, que vai haver transferência de recursos em diversas áreas para os Municípios e ao haver estas transferências de recursos humanos terá de haver uma nova lei de finanças locais, porque não é só passar as atribuições e as competências é preciso fazer as transferências dos recursos financeiros para que se possa dar resposta. Este ponto de vista do grupo municipal do CDS não é de modo nenhum a menosprezar a atitude do grupo municipal do PSD mas este não é o momento oportuno para discutir este assunto e oportunamente darão o seu contributo. -----

----- Entretanto, o senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra e referiu que depois do que ouviu estão todos de acordo no que se pretende que é a desagregação das Freguesias mas considera que se tem de estar mais atentos àquilo que se passa no concelho de Vagos. O Governo veio dizer que este assunto vai ser discutido depois das eleições mas o ponto já estava agendado na ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal. Contudo, este ponto não é com falta de discussão ou com falta de conhecimento, como foi dito pelo senhor Deputado do PS, com o qual até está de acordo, mas também é preciso ver que aquilo que diz não é inteiramente verdade, porque estas três uniões de Freguesia, principalmente estas três, já discutiram este assunto mais que discutido. As Freguesias envolvidas já ouviram as populações, já deliberaram em Assembleia de Freguesia a desagregação e, portanto, isto já está mais que discutido. Estes Presidentes de Junta e os anteriores já estiveram em Lisboa a discutir com os Deputados da Assembleia da República e, portanto, este assunto não veio a discussão de ânimo leve, ao contrário daquilo que se quer fazer passar. Esta discussão é em defesa das pessoas envolvidas, da vontade das pessoas e a consequência das deliberações já tomadas nas Assembleias de Freguesia. Aquilo que se propõe aqui é que se dê um parecer e não vale a pena estar a dar um parecer por maioria, só para o Governo ver. A proposta tem de ser votada e as pessoas têm de saber aquilo que estão a fazer. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que não percebeu muito bem o alcance das palavras do senhor Deputado Juan Carlos Martins quando referiu que o Governo depois da

Assembleia Municipal, e depois da última sessão, ter tomado posição. O senhor Deputado não acredita que o Governo da República esteja preocupado com a Assembleia Municipal de Vagos mas não lhe parece que tenha reagido à última sessão, com toda a franqueza. O despacho do senhor Ministro Adjunto, despacho 7053A/2016, está datado de 24 de maio de dois mil e dezasseis, portanto, de maio para hoje já lá vai muito tempo e é este despacho que refere que são necessários critérios e é preciso uma avaliação muito séria com a Associação Nacional de Municípios e com a Associação Nacional de Freguesias nesta matéria, e não é uma questão de agora ou das últimas semanas. Esta é uma questão que tem preocupado o Governo há, pelo menos, um ano. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu para usar da palavra apesar de este assunto ser uma decisão da Assembleia Municipal. O Partido Socialista referiu, e bem, que esta reorganização teve de ser feita à pressa mas era uma das imposições da *TROIKA* e não houve mais alternativa nenhuma senão fazer. No caso do PSD e do CDS que eram os partidos que na altura estavam no Governo a nível local nem um nem outro estiveram de acordo com esta reforma administrativa. Aquilo que o senhor Deputado Mário Castelhana aqui elogiou à Junta de Freguesia de Vagos e Santo António é exatamente aquilo que hoje o grupo municipal do PSD pretende. O objetivo desta proposta é comunicar ao Governo que é intenção em Vagos, das forças políticas que estão na Assembleia Municipal, que assim que se puser esse processo de reversão de agregação de Freguesias, as Freguesias do concelho de Vagos estão interessadas em voltar à sua forma original. Depois desse despacho do Governo já houve iniciativas parlamentares de outros partidos no sentido de apressar esse processo até para antes das eleições autárquicas de dois mil e dezassete, mas essas iniciativas foram chumbas no parlamento. Também não é inócuo que hoje a Assembleia Municipal vote esta proposta e faça a recomendação à Câmara Municipal para que faça a mesma votação, embora a Assembleia Municipal seja um Órgão bem mais importante que a Câmara Municipal, para que os Órgãos do concelho que têm de se pronunciar sobre esta matéria o façam de forma antecipada. Pelo que se ouviu aqui não há nenhuma razão para que não estejam todos de acordo no que respeita a esta matéria. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que quando o senhor Presidente da Câmara Municipal diz que a obrigação da reorganização estava no memorando da *TROIKA* isso é verdade, estava. Contudo, se voltarmos um pouco atrás no tempo todos se recordarão que segundo o livro verde do senhor Ministro Miguel Relvas foi uma decisão unilateral, rompendo aquilo que tinha sido articulado uns meses antes, quando esta devia ser uma matéria suprapartidária até porque existem Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia das mais diferentes cores. O que se tem feito é algo a régua e esquadro em relação à qual a *TROIKA* tem muito pouca responsabilidade. Há bons exemplos em Portugal a começar por Lisboa, mas não foi o único, em que se fez uma reorganização administrativa em que houve agregação de Freguesias até para além do critério estabelecido e, portanto, há populações e há Freguesias que estão satisfeitas com aquilo que foi feito. Aquilo que foi feito e aquilo em que as populações estão melhor servidas do que estavam deve manter-se e daí tudo isto exigir, de facto, alguma ponderação e não é a seis meses das eleições autárquicas, até com representantes da união de Freguesias presentes na discussão, que se fará uma discussão desapaixionada e objetiva

daquilo que deve ser o interesse das populações. Por isso é que o grupo municipal do PS entende que seria preferível ter esta discussão depois das eleições autárquicas. -----

----- O senhor Deputado Mário Castelhana pediu para voltar a usar da palavra e referiu que é importante ter algum cuidado com este assunto porque, provavelmente, o que estará em causa será um pacote de transferências ou descentralização de competências que vai inclusivamente mexer com as próprias estruturas da Câmara Municipal e das Freguesias. As Freguesias também vão passar a ter novas competências e estar-se aqui a dizer ou a precipitar uma decisão, de querer voltar às fronteiras anteriores, quando se pode até vir a chegar à conclusão, por exemplo, que de acordo com as transferências que se vierem a efetuar se precisa que o território seja maior. Mesmo nas Câmaras Municipais nem toda a gente tem capacidade profissional para desempenhar determinadas competências que aí vêm. O Governo fala na transferência de recursos humanos das próprias áreas. Tudo isto vai, provavelmente, envolver uma área importantíssima que é a área do Planeamento Territorial. Planeamento para lhe dar escala e economia para se poder maximizar, eventualmente, os recursos e minimizar os custos, e não se pode esquecer que todos somos contribuintes. Este é um problema bastante abrangente mais complexo do que aquela forma só do Presidente da Junta, o território dele e a cadeira dele na sede da Junta de Freguesia, quando não é isso que se pretende nem é para aí que se quer ir. O senhor Deputado considera que é preferível aguardar-se pelo pacote legislativo que há de vir por aí e, depois, então debruçar-se sobre a questão da reorganização administrativa. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que não se vai pronunciar sobre este assunto mas vai ler a proposta do PSD: *“O Grupo Municipal do PSD vem propor a esta Assembleia que, a ser implementada uma nova reorganização administrativa, seja deliberada a restauração administrativa territorial autárquica existente antes da reforma efetuada em dois mil e treze, em concordância com as deliberações já tomadas recentemente pelos Órgãos das Freguesias agregadas.”* Entretanto, acrescentou que *“resultam de uma proposta de projeto lei de nº 231 do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República.”* Esta é a proposta do PSD e se os senhores Deputados consideram que isto é precipitação devem tomar a decisão de acordo com a vossa consciência. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor do grupo municipal do PSD e as abstenções dos grupos municipais do CDS e do PS.-----

----- Entretanto, o grupo municipal do PS apresentou à Mesa uma declaração de voto que irá ficar anexada à presente ata. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa submeteu a apreciação e votação o ponto três da ordem de trabalhos. -----

-----**PONTO TRÊS: TRANSMISSÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM VÍDEO E EM DIRETO NUMA PLATAFORMA ONLINE – PROPOSTA DO GRUPO MUNICIPAL DO PS;** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por informar os senhores Deputados de que esteve a ver uma proposta idêntica, para a Câmara Municipal da Figueira da Foz, e resulta dos documentos que leu e que referiam que para implementar uma medida destas é necessário obter um parecer favorável da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Daquele parecer que foi colhido para a

Câmara Municipal da Figueira da Foz resulta num conjunto de condições, como por exemplo: todos os elementos da Câmara Municipal darem o assentimento à gravação ou transmissão; todos os munícipes com assuntos na reunião de Câmara que pela via da discussão pudessem ser identificados na transmissão terem também um consentimento prévio à transmissão. Esta é uma matéria bastante delicada e, por isso, o senhor Presidente considera que apesar da bondade da proposta seria mais avisado a Câmara Municipal indagar, junto da Comissão Nacional da Proteção de Dados, um parecer prévio sobre esta matéria sem o qual esta Assembleia não pode deliberar sobre a aprovação da transmissão das sessões da Assembleia Municipal, conforme proposto pelo grupo municipal do PS. A Câmara Municipal, o órgão executivo que representa o Município, deve, no entender do senhor Presidente da Mesa, indagar junto da Comissão Nacional da Proteção de Dados sobre a possibilidade legal da transmissão das sessões ser feita em sede de Assembleia Municipal. Já se sabe que em sede de Câmara Municipal com um conjunto de condições, já aqui referidos, e falta saber agora se é possível em sede de Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por dizer que ficou surpreendido com a postura do senhor Presidente da Assembleia Municipal, ou seja, aceitou a proposta na última sessão, e ela já foi preliminarmente discutida na última semana. Entretanto, o senhor Presidente teve no seu critério a elaboração da ordem de trabalhos para esta Assembleia e incluiu este ponto. O senhor Deputado supôs que se o incluiu na ordem de trabalhos seria no sentido de que estava em condições de ser discutido, caso contrário teria falado com o grupo municipal do PS ou teria entendido que não se justificava e não se estaria aqui a perder tempo. Em relação à substância do que disse para o senhor Deputado é uma surpresa e entende que não impede de tomar uma decisão política. Esta Assembleia Municipal já foi, em tempos, transmitida pela rádio e na altura não se colocou nenhum problema legal ou de limitações. No país há várias sessões de Assembleias Municipais a serem transmitidas *online* e não consta que tenha havido problemas. Quando questionado sobre esta matéria, em tempos, o senhor Presidente da Câmara chegou a dizer que a comunicação social podia fazê-lo, nomeadamente a rádio que se entendesse podia fazê-lo. O senhor Presidente da Câmara diz que a rádio pode fazer, e a Assembleia Municipal não o pode fazer? Porquê? Perguntou. O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tem de se saber se as pessoas concordam, mas as sessões são públicas e estão presentes cidadãos. Qual é a diferença entre estarem aqui presentes os cidadãos ou estarem em casa a ver pela Internet. Ao senhor Deputado parece-lhe um conceito bastante ultrapassado, porque se é público é público e os membros da Assembleia Municipal estão aqui como intervenientes políticos e em serviço público e, portanto, não podem aqui nas intervenções que fazem fazer de conta que estão em conversa de café com amigos mas os outros não podem saber o que se diz. No ponto de vista do senhor Deputado é absolutamente inaceitável. Independentemente de alguma diligência jurídica que se entenda dever ser feita, e obviamente que nenhum dos presentes quererá violar a lei, mas a questão de princípio político deve ser assumida e é saber se a Assembleia Municipal está disponível e quer dar esse passo de abrir as sessões a mais pessoas e tentar interessar mais cidadãos vaguenses sobre o que se passa aqui. Depois, as outras questões são técnicas que se ultrapassarão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa disse que não iria contra-alegar a posição do senhor Deputado Óscar Gaspar, as alegações que fez foram muito bem-feitas, apenas fez questão de receber o ponto que foi agendado potestativamente, só não foi discutido porque não houve quórum para e efeito, ele foi apresentado assim. Entretanto, o senhor Presidente da Mesa foi analisar pormenorizadamente a questão, e por pormenor de mera coincidência, isto é, houve um conjunto de funcionários da Câmara Municipal que foi recentemente a uma ação de formação onde esta questão foi debatida. Posto isto, foi chamada a atenção ao Presidente da Assembleia Municipal que a aprovação de uma proposta destas carecia de parecer favorável vinculativo da Comissão Nacional da Proteção de Dados. Em face disso o senhor Presidente apenas está a informar os senhores Deputados. Agora, se politicamente querem pôr a aprovação uma proposta destas tudo bem, ela está aqui para isso e, portanto, a seguir à discussão o ponto será submetido a votação. -----

----- O senhor Deputado César Grave usou da palavra e informou de que o grupo municipal do CDS aceita esta proposta salvaguardando sempre a observação do senhor Presidente da Assembleia Municipal e respeitando sempre os direitos de imagem que têm estado aqui a ser discutidos. Por isso, gostariam que o executivo o fizesse com alguma celeridade para se saber se a proposta do grupo municipal do PS pode ser posta em prática ou não. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou que o que está aqui em causa é: “*O Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vagos vem propor a aprovação para a transmissão das sessões da Assembleia Municipal em vídeo e em direto numa plataforma online*” Portanto, já é uma proposta sobre a transmissão e ela não está condicionada a coisa nenhuma. É esta a proposta que vai aqui ser votada. -----

----- Entretanto, usou da palavra o senhor Deputado Juan Carlos Martins e sobre esta questão referiu que as alegações e aquilo que foi dito pelo senhor Deputado Óscar Gaspar não lhe pareceu muito correto. Se os outros estão a fazer mal, ou não estão a agir de acordo com a lei, porque háde o Município de Vagos faze-lo também por uma questão política. Ao senhor Juan Carlos não lhe parece uma questão política. Depois de ter lido o parecer da Comissão Nacional da Proteção de Dados, pedido pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, o senhor Deputado afirma com toda a certeza que pessoalmente não está em condições de votar a favor a proposta concreta do PS, apesar de concordar naquilo que está na transmissão. O senhor Deputado não tinha conhecimento disto e resolveu ir verificar e aquilo que está aqui é limitador das intervenções e é limitador do funcionamento, caso se aplique à Assembleia Municipal, porque o parecer que aqui está refere-se às sessões públicas da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e disse que já adivinhava que esta sessão ia ser marcada pela questão da transparência. Ao senhor Deputado parece-lhe politicamente vergonhoso que alguém na Assembleia Municipal coloque objeção a que haja uma transmissão em público, quando as sessões já são gravadas. Não faz nenhum tipo de sentido, o exemplo maior vem da Assembleia da República, onde todas as sessões são transmitidas. A Assembleia da República tem um canal próprio de televisão, onde não são apenas transmitidas sessões plenárias mas também as comissões parlamentares o que obviamente é um belíssimo serviço à democracia. O canal parlamento

até está incluído na plataforma de acesso universal na televisão portuguesa, porque o que se está a falar é de serviço público e por isso o senhor Deputado não vê nenhuma razão para que não seja assim. O senhor Presidente da Assembleia também deu nota ao início que o senhor Deputado havia pedido que a sua fotografia e a do Dr. Carlos Bento constassem da parede deste salão nobre. O senhor Presidente referiu que o Dr. Carlos Bento havia levantado um problema mas, com todo o respeito, o senhor Presidente Rui Cruz e o senhor Presidente Carlos Bento deixam de ter vontade própria neste tipo de matéria. Ambos foram Presidentes de Câmara e não podem riscar a história e dizer “*eu não quero*”, porque essa questão não se coloca, faz parte da função que assume. Nesta questão que se está aqui a discutir acontece a mesma coisa, ou seja, não se está aqui para estar em “*amena cavaqueira*” e sim para tratar das questões que interessa aos cidadãos de Vagos. Assim sendo, deve-se, por todos os meios, tentar que aquilo que são aqui as discussões sejam do interesse de quem está lá fora. Se entendem que a melhor maneira de dignificar a Assembleia Municipal é continuar a ter-se esta discussão aqui entre paredes e a falar uns para os outros muito bem, ao senhor Deputado parece-lhe um serviço que se presta à democracia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra e esclareceu que há uma diferença entre gravação para efeitos de construção de uma ata, tendo por essa via uma fidedignidade associada àquilo que diz, porque se gravou para efeitos de transcrição, e gravação para efeitos de divulgação. Estas são duas coisas completamente distintas: gravar para transcrever e gravar para divulgar a seguir. O senhor Presidente concorda com todos os argumentos apresentados pelo senhor Deputado, estas sessões são públicas e os senhores Deputados concorreram com essa consciência. Agora, existe uma lei e até ao momento ela não foi alterada, existe um procedimento adequado a essa lei, existe uma entidade que é necessariamente requerida e dá parecer vinculativo. É certo que por este país fora existem inúmeras Autarquias que não cumprem a lei. O parecer da Comissão Nacional da Proteção de Dados é público, é acessível, é claro no que toca ao cumprimento da lei e é aplicável e é só isto e nada mais. Realmente não faz sentido não dar mais publicidade às Assembleias Municipais, faz todo o sentido, contudo colocam-se outros problemas, levantados pela Comissão Nacional da Proteção de Dados, que é estando disponível numa plataforma digital a possibilidade de terceiros usarem abusivamente esses dados. Os dados que recolhem dessa audição e de imagem e a impossibilidade da Autarquia garantir que essa utilização abusiva não seja efetuada. É esta a grande questão da Comissão Nacional da Proteção de Dados. Agora, independentemente disso tudo existe uma lei, um órgão que dá um parecer vinculativo e que a Câmara Municipal para poder transmitir as suas sessões de Câmara, e para a Assembleia Municipal presume-se que é igual, terá que previamente ter esse parecer positivo sob pena de estar a violar a lei. -----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor Deputado Victor Neto para fazer um apelo aos proponentes desta proposta de a retirarem porque, pessoalmente, tem dificuldades em votá-la. Se a votar contra é-lhe difícil porque é uma ideia que ele considera positiva, é muito bem-vinda e é algo que defende. Mas também estar a votá-la não havendo um esclarecimento cabal daquilo que se pode ou não fazer, considerando pessoalmente que se este parecer da Comissão Nacional da Proteção de Dados for exatamente assim é excesso de zelo. Neste momento, é muito difícil para o senhor Deputado estar a

votar e, por isso, deixou esse apelo. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar, em resposta ao apelo deixado, respondeu que o grupo municipal do PS não vai retirar a proposta. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação **não tendo a proposta sido aprovada**, tendo recebido os votos contra do grupo municipal do PSD e os votos a favor dos grupos municipais do CDS e do PS..-----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins quis deixar uma declaração de voto: *“que fique registado que o grupo municipal votou contra, não contra a proposta de transmissão mas porque existe estas dúvidas legais sobre esta questão e não podendo aprovar esta proposta pondo em risco a questão legal. Sugerimos que venha a proposta depois do parecer e que seja pedido o parecer.”* -----

----- O senhor Deputado César Grave também quis deixar declaração de voto: *“nós votamos favoravelmente tendo em atenção o ponto anterior, portanto, votamos favoravelmente com a condição de se poder averiguar, como disse na minha observação, toda a legislação pela parte do executivo municipal.”* -----

----- O senhor Presidente da Câmara pediu para usar da palavra e solicitou que ficasse esclarecido quem deve pedir o parecer, se a Câmara Municipal se a Assembleia Municipal, e em que termos, à Comissão Nacional de Proteção de Dados, embora considere que devia ser a própria Assembleia Municipal, como Órgão, a pedir. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que ficou claro na vontade da maioria que chumbou a proposta a necessidade da Câmara Municipal se dirigir à Comissão Nacional de Proteção de Dados para obter previamente o parecer. Nas palavras do senhor líder parlamentar, não é contra em si a transmissão mas tão só contra o procedimento de aprovar desde já algo relativamente ao qual há dúvidas jurídicas e, por isso, o senhor Presidente da Mesa considera que a Câmara Municipal deve recolher junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados esse parecer sobre esta proposta do PS. -----

----- Entretanto, o senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que se a Câmara Municipal está a oferecer colaboração neste ponto seria importante ter um parecer da área jurídica da autarquia, mas não ser a Câmara Municipal a endereçar o pedido à Comissão Nacional de Proteção de Dados. Sendo mais explícito, o senhor Deputado tem dúvidas sobre a vontade política de algumas pessoas em relação a esta matéria e, normalmente, as respostas vem de acordo com as perguntas, nomeadamente quando têm carácter jurídico e, portanto, o senhor Deputado ficaria mais confortável se fosse esta própria Assembleia Municipal a suscitar esta questão junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que a Mesa irá diligenciar no sentido de pedir parecer junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre esta matéria, embora tenha dúvidas se poderá fazê-lo diretamente, uma vez que a representação do Município é feita pelo senhor Presidente da Câmara, ou se fará mais sentido recomendar à Câmara que solicite o parecer. O senhor Presidente da Assembleia irá averiguar a questão. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa submeteu a apreciação e votação o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

-----PONTO QUATRO: CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO; -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que o regulamento circulou, recebeu contributos de todas as entidades e, por isso, está certo que todos o leram e, assim sendo, está em condições de ser aprovado, até porque já foi aprovado previamente. As alterações sugeridas são oportunas e vieram do senhor Jorge Luís Oliveira. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra para deixar duas considerações. Em primeiro gostaria que as comissões municipais funcionassem e, portanto, leram esta proposta no sentido de dar operacionalidade às comissões. Em segundo, não percebeu exatamente o que é que aconteceu para levar a esta alteração. Terá sido por excesso de elementos que compõem esta comissão? Ao querer incluir-se toda a gente quando, depois, a maior parte acaba por não vir às reuniões. A questão aqui é sobre o critério de constituição deste tipo de comissões. Não vale a pena ter uma comissão com um grande número de pessoas se todos sabem que a maior parte depois não vem e aquilo que se vai aprovar de seguida é que de facto a comissão possa deliberar com dez presenças, ou seja, seis pessoas, no fundo, vão decidir por um conselho que supostamente tem quarenta e tal pessoas, o que causa aqui uma incomodidade. É óbvio que quem não vai às reuniões assume essa responsabilidade, e depois não se pode queixar de terem deliberado sem a sua presença, mas de facto não é confortável uma comissão muito alargada com responsabilidades importantes e estar a dar-lhe um mandato para deliberar com muito poucas pessoas. -----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a lei diz que o conselho deve ser composto por estes elementos todos e a Assembleia Municipal que disse quem seriam os elementos e, portanto, quanto a isso o senhor Deputado tem toda a razão mas não se pode fazer rigorosamente nada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que sobre este ponto corrobora com as palavras do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Aquilo que aqui foi deliberado deriva diretamente da lei. Na sessão que decorreu do Conselho Municipal de Segurança aproveitou-se para fazer uma reunião de trabalhos, apesar de não constar da ordem de trabalhos, uma vez que estavam presentes a GNR e a senhora Procuradora estabeleceu-se, desde logo, uma relação de trabalho e tentar resolver algumas questões importantes. Essa reunião para ter quórum foi necessário chamar algumas pessoas para virem. No fundo esta alteração que foi proposta, e bem, vem agilizar o funcionamento desta comissão. De outro modo tornar-se-ia extraordinariamente difícil que ela de facto funcionasse e assim, pelo menos, fica na consciência de cada um poder vir ou não às reuniões mas sendo convocada há a certeza que sairão dali algumas conclusões. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** dos presentes.-----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 19 de janeiro de 2017. -----

-----PONTO CINCO: PROTOCOLO ENTRE O MUNICIPIO DE VAGOS E A EDP – ALTERAÇÃO AO ANEXO I DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO. -----

----- Apresentou o ponto o senhor Vice-Presidente da Câmara e começou por fazer um pequeno enquadramento. Este anexo I faz parte do contrato de concessão do Município de Vagos e define, basicamente, qual é o material tipo corrente. O material tipo corrente é aquele que é instalado na rede e sobre a qual não se paga custos de manutenção. A EDP faz a manutenção e o Município não tem qualquer custo, como por exemplo se for necessário mudar uma luminária e pedir extensão de rede. Este anexo tem uma particularidade que está prevista no contrato de concessão que pode ser alterado de cinco em cinco anos se a tecnologia assim o exigir, e como todos sabem a tecnologia LED entrou em força. Na opinião do senhor Vice-Presidente não está ainda suficientemente madura mas, atualmente, de há uns anos para cá, já começou a ficar bastante estável e o LED é o caminho, daí, e como está previsto neste anexo, levantou-se a questão de alterar a situação. Isto foi feito através da AENMP e da CIRA, onde esteve Águeda, Vagos e Coimbra e depois esteve-se em negociação com a EDP em Lisboa para se chegar, minimamente, a um texto que fosse favorável. O contrato de concessão acaba em dois mil e vinte e um. Poder-se-ia ter ido mais longe mas vai haver um ponto importante que vai dezoito meses antes começar a ser negociado e que é o contrato de concessão na totalidade. O que se conseguiu com este anexo está equilibrado e para ir mais longe poder-se-á estar a hipotecar futuras negociações com o contrato de concessão que vai acontecer. O que acontece aqui é que as luminárias LED vão ser consideradas como material corrente, sendo este o objetivo principal. Isto aplica-se em novas redes de iluminação pública e inclui, que era uma das situações que a EDP não estava muito de acordo, a substituição de luminárias de vapor mercúrio por LED's decorrentes da remodelação das redes. Outra questão que deu aso a alguma discussão prendia-se com a substituição das luminárias obsoletas ou em más condições de conservação. Não é um conceito difícil porque é muito fácil saber se uma luminária está em boas condições ou se está obsoleta e a ideia é que não seja substituída por sódio e sim por LED, embora a Câmara Municipal pode dizer que quer na mesma o sódio. Relativamente à questão de ter uma armadura de sódio e outra LED o senhor Vice-Presidente não vê problema nenhum com isso e também não têm surgido reclamações, sendo numa certa medida, mas aí o Município também tem uma palavra a dizer, isto é, se quer ou não quer. A Câmara Municipal podia também ter ido, nas luminárias, pela eficiência da armadura, ou seja, os números de lúmenes por ampere que ela consegue, tem a ver com o consumo e com a iluminância. Este será o caminho a seguir no próximo contrato de concessão. –

----- De seguida usou da palavra o senhor Deputado Óscar Gaspar e referiu que esta explicação foi muito importante e elucidativa. A proposta em si não tem todos os elementos que permitissem aos Membros da Assembleia Municipal votá-la, porque faltava um elemento essencial, que foi agora referido pelo senhor Vice-Presidente, sobre o término da concessão em dois mil e vinte e um. Se a concessão terminasse daqui a um ou dois, com toda a certeza, estar-se-ia a fazer aqui outro tipo de raciocínios. Esta é uma informação que não consta dos documentos que foram enviados. O senhor Deputado é absolutamente favorável a esta proposta e a esta alteração mas enquanto decisores no Município sente-se a falta aqui de informação. Não se sabe quantas luminárias existem, qual é a despesa com esta

iluminação e qual é o potencial de poupança. Aquilo com que abanam na documentação enviada é com duas coisas, ou seja, os LED's e à potencial poupança, mas não diz em lado nenhum qual é esse potencial. Conforme se viu no ponto um, das informações do senhor Presidente da Câmara, o historial que existe com a EDP nesta Câmara Municipal, e em outras, não é exatamente o mais aconselhado. Esta situação leva sempre a alguma desconfiança quando se fala em poupança mas não está nada minimamente quantificado, não há nenhum objetivo. Com toda a certeza ir-se-á ter melhor iluminação com estas lâmpadas. Pelos vistos conseguiu-se que o façam deste contrato de concessão e, portanto, isto não é o expediente para tentar prolongar a concessão e isto é positivo e permitirá lançar depois um concurso noutros termos. Sendo assim, a única questão a colocar prende-se com o nº2 da cláusula 2ª em que se fala dos custos a partilhar entre a EDP e o Município. É uma surpresa porque neste tipo de compromisso não se esperava que a Câmara Municipal fosse chamada a ter despesa com esta substituição de iluminação e depois esta cláusula não consta do protocolo assinado entre a Associação Nacional de Municípios e a EDP. Como é que nasceu esta cláusula e qual é o impacto dela? Perguntou.

----- O senhor Vice-Presidente voltou a usar da palavra e esclareceu que relativamente às poupanças é possível quantifica-las, inclusive por circuito. Normalmente o LED anda entre o meio e um terço e para isso basta fazer medições. A Câmara Municipal já fez nas armaduras, depende um pouco da iluminação e da zona que se pretende mas anda sempre pelo um terço do consumo. Em questão de pontos de luz o concelho tem à volta de treze mil e poucos. A quantificação é possível ser feita circuito a circuito embora seja um trabalho moroso e que para ser bem feito tem de se ter os consumos certos. Em questão de custos eles mantêm-se exatamente como estavam com o vapor de sódio, a armadura de LED é mais cara. Em relação à pergunta que colocou esses custos já eram partilhados. A situação da iluminação decorativa é diferente da iluminação de material corrente e já tem outras regras, que já estavam referidas no outro contrato de concessão e no anexo I que estava presente. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer, relativamente à questão levantada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, que há um erro de interpretação porque no contrato de concessão original remetia para os B2 e B3 mas com vapor de sódio, e o que o anexo fala é sobre a iluminação LED. Não podia remeter para LED porque não existia LED na altura. Esta alteração remete para o B2 e B3 do anexo dizendo que também nas iluminações decorativas esses custos serão partilhados. -----

----- O senhor Vice-Presidente retomou a palavra e referiu que na iluminação decorativa era impossível nunca a EDP poderia ter equipamentos, nem um *stock* de equipamentos, de cada Município. Em jardins, parques públicos e zonas de lazer a Câmara Municipal pode optar por luminárias diferentes das definidas na B1 mas, depois, já tem de pagar, e aí tem de haver uma negociação com a EDP, porque é impossível a EDP dar o material corrente que eles têm de ter em *stock* para substituir. A iluminação decorativa é um caso particular. Agora, já permitir a instalação LED já é um avanço, mas vai no seguimento do anterior. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e perguntou, face a este nº2 da cláusula 2ª, qual é a estimativa da Câmara em termos de despesa no próximo ano com a substituição destas luminárias. -----

----- A Câmara Municipal neste caso do material corrente a despesa que terá será quando fizer ampliação de rede, caso contrário não tem despesa. Se houver uma armadura que esteja avariada, e que vai ser substituída, a Câmara Municipal não vai ter despesa. Por isso é que vai ser considerado material corrente. A Câmara Municipal pode mudar as armaduras, compra-as a um fornecedor, tem um *stock*, tem garantia e pede para eles mudarem. O material à EDP tem é características luminárias e a Câmara não pode escolher as luminárias, só em questão das características das luminárias e por isso é que é material corrente. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se a Câmara Municipal quiser colocar uma rua qualquer da vila de Vagos iluminação LED esse custo é suportado pela EDP mas se quiser mudar toda a iluminação de um espaço de lazer, como por exemplo a Quinta do Ega, que é iluminação decorativa, tem de partilhar custos com a EDP. Toda a iluminação decorativa tem custos partilhados, a iluminação corrente é um custo suportado só pela EDP dentro dos pressupostos definidos no contrato de concessão. -----

----- O senhor Vice-Presidente referiu que de acordo com os pressupostos definidos no contrato de concessão essa nova iluminação que seja pedida pela Câmara Municipal é considerado material corrente e não é cobrada a armadura. Por exemplo, se a Câmara Municipal quiser duas ou três para uma rua o que é que acontece? Numa ampliação de rede a Câmara Municipal paga metade da coluna que suporta a iluminação pública mas não paga a da armadura porque está dentro do contrato de concessão. Sempre que haja uma expansão de rede em zonas urbanas ou em condições que estejam definidas no contrato de concessão essas luminárias são assumidas pela EDP. Agora, se a Câmara Municipal quiser escolher o modelo da armadura, e este modelo não estiver definido no contrato de concessão, a EDP fará a mudança na mesma, sem custos, mas a Câmara Municipal terá de ter a armadura em *stock*. O senhor Deputado Óscar Gaspar referiu que a Câmara Municipal podia ter ido mais longe na negociação mas acontece que depois a EDP iria mexer nas tarifas e aí já entre a ERSE. Entretanto, como o contrato termina em dois mil e vinte e um a Câmara Municipal “*esticou a corda ao máximo*” mas teve de chegar a um ponto de equilíbrio e o que se conseguiu foi bastante positivo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** dos presentes.-----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 02 de fevereiro de 2017. -----

-----**PONTO SEIS: REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS (DL Nº165/2014 DE 5 NOVEMBRO) – PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – HELITENE - INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, LDA;**-----

----- Após a apresentação do ponto, feita pela senhora Vereadora Sara Caladé, o senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o Grupo Municipal do PS entende que, tal como se apresenta, o pedido não reúne condições para ser aprovado. O Grupo Municipal do CDS informou que é da mesma opinião. -----

----- Assim sendo, e tendo-se verificado que não havia sido enviada toda a documentação aos senhores Deputados, o senhor Presidente da Câmara propôs que se retirasse o assunto da ordem de trabalhos e se incluísse na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Quando eram cerca das vinte e uma horas e quarenta minutos retirou-se da sessão o senhor Deputado Fernando Vieira. -----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 02 de fevereiro de 2017. -----

-----PONTO SETE: CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS; -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e referiu que há uma legislação, que vem ainda do anterior Governo, que estabeleceu que se pudesse constituir como autoridade dos transportes os Municípios ou as Comunidades Intermunicipais. Antigamente esse trabalho era feito pelo IMTT e era esta entidade que autorizava as carreiras de transporte público. Desde dois mil e quinze que há a possibilidade dessa competência ser transferida ou para os Municípios ou para as comunidades Intermunicipais. O que foi decidido em sede de Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro foi os Municípios todos transferirem para a CIRA essa delegação de competências, porque os Municípios não têm ainda competências, nomeadamente um quadro técnico especializado, para poder gerir estas matérias. Assim sendo, os onze Municípios decidiram constituir a CIRA enquanto autoridade de transporte. Neste âmbito é necessário fazer a delegação de competências que estavam no Município e elaborar-se este contrato interadministrativo para que possa ser a CIRA a gerir esta competência, sendo que tem de haver acompanhamento local até porque se está neste momento a fazer a validação das carreiras existentes. Havia no Município de Vagos duas ou três companhias que faziam as carreiras, nomeadamente a AVIC, a Rodoviária da Beira Litoral e a José Maria dos Santos, que entretanto foram compradas pela TRANSDEV. Neste momento, existe um operador único que faz toda a operação, embora eles também continuem a trabalhar em polos diferente o que é uma situação um pouco estranha. A validação das carreiras está a ser feita para verificar se as carreiras de transportes públicos existem e se são de facto cumpridas nos termos em que existem, e já se verificou que não. Há carreiras que abrangem mais do que um Município e esse trabalho tem que ser feito pela Comunidade Intermunicipal. Entretanto, terá de se fazer o trabalho em Vagos e depois fazer a conjugação com todos os outros Municípios, sendo certo que é necessário rever de forma bastante profunda a rede de transportes públicos que existe no concelho de Vagos. Não faz nenhum sentido, e tem de se aproveitar esta oportunidade, para redesenhar a rede de transportes públicos, porque, por exemplo, não faz nenhum sentido que não haja uma única carreira para a Zona Industrial de Vagos. Para o Município de Vagos será muito proveitoso fazer esta delegação de competências na Comunidade Intermunicipal para que possa ser esta entidade a gerir sempre com o apoio e colaboração da Autarquia. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que tanto quanto percebeu há um reconhecimento que de facto, ao contrário daquilo que está no preâmbulo, a lei previa que se passasse de sistemas municipais para sistemas intermunicipais. A verdade é que em Vagos, neste caso, como em

outros, não se está a transferir nada porque não tem um sistema nacional de transportes, e este problema existe há muitos anos e a culpa é de todos. Assim sendo, já que não houve capacidade de o fazer, por nós próprios, que seja agora através da CIRA que se faça. O senhor Deputado gosta da explicação dos termos deste protocolo se bem que o relevante para os vaguenses era uma resposta simples, ou seja, saber o que é que vai melhorar nos transportes em Vagos com esta passagem para a CIRA. Vagos vai de facto ter mais transportes? Esta é que é a pergunta que deve ser respondida e que deve permitir decidir em consciência, se concordam ou não. Conforme já se viu, ainda hoje noutras matérias, há uma grande abertura à descentralização e à delegação de competências mas há casos em que obviamente a um nível mais elevado que não o municipal, há mais capacidade de planeamento e de execução de algum tipo de projetos. O senhor Deputado admite que este projeto dos transportes seja um deles e que Vagos tem muito a ganhar em fazer uma gestão mais alargada e mais partilhada. Há uma série de norma tipo que o senhor Deputado não sabe se tem alguma aplicação concreta no caso de Vagos. No caso de Vagos que receitas vão ser transferidas? Que receitas que a Câmara Municipal neste momento recebe, ou esperava vir a receber para efeito de transporte, e que vai ter que repassar à CIRA com este protocolo? O senhor Deputado solicitou ainda um esclarecimento sobre a cláusula 8ª em que se fala da receita de outras atividades designadamente estacionamento. Será que vai ser a CIRA a fazer a cobrança dos parquímetros do Bairro da Corredoura? -----

----- Quando eram cerca das vinte e uma horas e cinquenta minutos retirou-se da sessão o senhor Deputado Luís Fernando Oliveira. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões levantadas pelo senhor Deputado Óscar Gaspar. Sobre a questão genérica, se isto implica mais transportes ou menos transportes no concelho de Vagos, implica sobretudo melhores transportes ou uma definição melhor da rede de transportes públicos existentes no concelho de Vagos. E isto porquê? Porque já se foi para o terreno fazer a verificação *in loco* e de uma forma muito simples, ou seja, colocar um carro atrás do autocarro e perceber qual é a rota que ele faz e perceber se essa rota e as paragens que ele faz correspondem exatamente às paragens que estão registadas no *site* do IMTT. O que se verificou foi que em muitos casos não correspondem, por razões históricas, por vontade do motorista e por coisas que fugiam ao controlo de toda a gente. A partir do momento que a Câmara Municipal e CIRA façam a gestão dessa rede, ou dessa rota, poderão passar a fazer um controlo mais apertado dessa rota e poderão também fazê-lo em conjunto com a operadora, porque Vagos não tem uma rede de transportes urbanos porque não tem escala para isso. Há uns anos atrás poder-se-ia ter aproveitado, quando se adquiriram os autocarros para as IPSS's, tentar montar uma coisa mais interna e tudo isso precisava dos devidos pareceres e autorizações das entidades que eram autoridade de transportes naquela altura que era o IMTT. A Câmara Municipal não podia, por sua iniciativa, fazer acontecer uma coisa desse género e, portanto, é algo que tem de ser melhorado. Por exemplo, nessas discussões é evidente que irá entrar a questão de porque é que a TRANSDEV não tem nenhuma carreira para a Zona Industrial de Vagos. A quem fazia as carreiras esse assunto passava completamente ao lado, agora isso já não acontece, e por isso já faz sentido esta delegação de competências na CIRA. Por exemplo, porque é que o transporte que vem de Aveiro e vai para Nariz não para em frente à Ria Blades. Podia parar e seria uma forma de

servir as pessoas, e isto nem tem exatamente a ver com as pessoas e com a rede de transportes própria tem a ver, neste caso, com a rede de transportes da Câmara Municipal de Aveiro e que fazia esse serviço. Este contrato é uma maneira de melhorar o serviço que é prestado ao cidadão. Esta é uma área de extrema importancia para monitorizar e tomar decisões agora e de as fazer cumprir no futuro para que as pessoas tenham acesso a uma rede de transportes públicos adequada às reais necessidades. Não há nenhum local que tenha movimentos pendulares mais significativos do que a Zona Industrial de Vagos, tirando as escolas e essas funcionam em cima da rede de transportes públicos que já existe. A Câmara Municipal tem uma despesa bastante elevada, cerca de quatrocentos mil euros, com os transportes escolares que funcionam em cima da rede de transportes públicos existente. O senhor Presidente tem dúvidas que algumas dessas redes de transportes que são públicos funcionem em períodos que não sejam escolares. Esta situação, obviamente, é com prejuízo de toda a gente. Sobre a questão das receitas, quer na concessão dos transportes quer na concessão dos estacionamento, a Câmara receberia para fazer este trabalho cerca de dez mil euros e será esse valor a transferir para a CIRA. Como se pode ver este valor não dava para contratar um recurso para dedicar a esta matéria e, portanto, faz sentido centralizar, até porque já há um trabalho feito sobre esta matéria, nomeadamente com a elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes Rodoviários da Região de Aveiro. Este estudo centraliza toda a atividade de transportes na região e permite a conjugação de carreiras de vários moldes de transportes públicos. Por exemplo um comboio chega à Estação de Aveiro às nove horas e o autocarro já havia saído às oito e cinquenta, isto não faz sentido absolutamente nenhum. O que faz sentido é o autocarro sair dez minutos mais tarde e com este trabalho estas situações são tidas em conta. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** dos presentes.-----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 02 de fevereiro de 2017. -----

-----**PONTO OITO: ISENÇÃO E REDUÇÃO DE TAXAS 2017;** -----

----- Não houve qualquer intervenção. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade** dos presentes.-----

----- Não havendo mais intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto nove da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 02 de fevereiro de 2017. -----

-----**PONTO NOVE: CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO;** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que decorreu o concurso público, houve uma proposta na plataforma pública e cumpre os requisitos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer que o título do ponto não coincide com a proposta que foi aprovada em sede de reunião de Câmara. O que foi aprovado em

sede de Câmara Municipal é a nomeação do revisor por um ano. A proposta dos serviços era para ser por três anos e foi entendimento do senhor Presidente da Câmara só propor à Câmara que só aprovasse por um ano. O que está aqui em causa é nomear o revisor oficial de contas para o ano de dois mil e dezassete. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu uma informação que não havia sido prestada aos restantes Membros da Assembleia Municipal. O que lhes foi apresentada foi uma proposta de adjudicação a um gabinete. O que o senhor Presidente da Assembleia informou de que teria havido um concurso, quando o senhor Deputado estava convencido que tinha sido um ajuste direto, até porque esta é uma entidade da Câmara Municipal. Se foi por concurso a Câmara Municipal teria de ter apresentado três propostas da possibilidade de contratação ou então uma justificação do porquê ter sido escolhida esta empresa e não outra, ainda que esta seja uma entidade idónea e está dentro do mercado. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que não quis dizer concurso público e sim procedimento concursal, e de acordo com as condições estabelecidas quer no convite quer no caderno de encargos e presume-se que ambos considerem as condições de mercado. -----

----- O senhor presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra e informou de que de acordo com o CCP este tipo de procedimento chama-se ajuste direto. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor dos grupos municipais do PSD e do PS e a abstenção do grupo municipal do CDS. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Não havendo intervenções, de imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata a votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e duas horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O presidente,** _____